

Em proposta de delação rejeitada, Vorcaro detalha pagamentos de propinas a Alcolumbre e governo da Bahia

Página 10

Foto / Reprodução - Imagem mostra banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do liquidado Banco Master

Destaques

Pix Conquista Reconhecimento de Alto Renome e Terá Proteção em Todos os Setores da Economia

Página 7

A verdadeira face da cidadania: inclusão sem informação é exclusão

Página 1

Senado aprova renegociações de dívidas rurais e lança pauta bomba contra o governo

Página 6



E mais...



Foto / Reprodução - Presidente do Senado Davi Alcolumbre

Liberdade de Opinião

A verdadeira face da cidadania: inclusão sem informação é exclusão

Foto / Reprodução - Jornalista Guilherme Kalel



Por Guilherme Kalel
Jornalista e editor

No debate público contemporâneo, poucas palavras ganharam tanto destaque e peso moral quanto "inclusão". O termo frequentemente evoca imagens de transformações físicas e arquitetônicas: a instalação de uma rampa de acesso, a aplicação do piso tátil nas calçadas, a reserva de vagas em estacionamentos ou a presença de elevadores adaptados. Embora essas conquistas estruturais sejam fundamentais e precisem ser defendidas e ampliadas continuamente, elas representam apenas o ponto de partida. A verdadeira inclusão não termina na porta de entrada; ela começa ali. O erro crasso da nossa sociedade tem sido confundir o ato de permitir que alguém entre em um espaço com a garantia de que essa pessoa possa, de fato, participar, compreender e decidir de forma autônoma.

Essa reflexão ganha urgência e profundidade quando partimos da experiência de quem convive com a deficiência visual desde o nascimento. Ao longo de uma vida inteira superando obstáculos, aprende-se que a inclusão vai muito além daquilo que os olhos conseguem enxergar. A essência da cidadania reside na capacidade de participar da vida social em igualdade de condições, e não existe autonomia real quando o acesso ao conhecimento é tratado como um elemento secundário. A informação é a ferramenta mais democrática já criada, a engrenagem que permite ao indivíduo estudar, compreender seus direitos, acompanhar as transformações do mundo e construir sua própria trajetória profissional. Sem ela, qualquer tentativa de integração torna-se vazia. O grande paradoxo dos nossos tempos é que, enquanto os discursos sobre diversidade e acessibilidade ganham as redes sociais e as campanhas institucionais, barreiras invisíveis são criadas para limitar a circulação da notícia e do saber.

Em plataformas como Instagram, Facebook, WhatsApp e Telegram, a lógica da comunicação tem sido distorcida. O que deveria existir para conectar pessoas passa, muitas vezes, a isolá-las. É um cenário inquietante: anúncios, propagandas e interesses comerciais circulam livremente, atravessando bairros e comunidades para alcançar potenciais consumidores. No entanto, a informação de interesse público encontra obstáculos. Se uma oferta comercial tem o poder e a liberdade de chegar a toda a cidade, qual é o sentido de impor limites ao conhecimento que molda a vida do cidadão? É preciso deixar claro que quando uma notícia é impedida de circular, o prejuízo não é meramente corporativo. O problema não está no jornal que deixa de ser lido, mas naquilo que é retirado do indivíduo. É o morador que perde a chance de acompanhar um assunto crucial de sua região, o estudante que deixa de conhecer uma oportunidade de crescimento e o cidadão comum que fica privado de dados essenciais para tomar decisões informadas sobre sua própria vida.

Diante disso, uma verdade fundamental precisa ser cravada: a informação não pertence a este ou aquele grupo, a um jornal específico ou a um jornalista. A informação pertence, por direito inalienável, a todas as pessoas que têm o direito de recebê-la, independentemente de sua classe social, de possuírem uma deficiência ou de não possuírem deficiência. Ninguém, nenhuma plataforma e nenhum algoritmo deveria deter o poder discricionário de decidir quais fatos podem ou não chegar ao conhecimento da população. Para que a inclusão deixe de ser um slogan bonito e se torne uma realidade palpável, é urgente uma mudança profunda de posicionamento na mentalidade das pessoas. Devemos parar de enxergar a acessibilidade apenas sob a ótica do concreto e do cimento, e passar a entendê-la sob a ótica do intelecto e do direito ao saber. Uma pessoa sem acesso à informação não participa plenamente da sociedade; ela se torna dependente daquilo que os outros escolhem lhe mostrar. Convidar alguém para fazer parte do mundo, mas mantê-lo no escuro sobre o que acontece nele, não é inclusão. É, na mais pura essência, uma forma velada e cruel de exclusão.

Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.

Publlisher da Agência Visionpress

MTB: 89344 / SP.

guilherme@visionpress.com.br

Mudança na economia: Mercado passa a enxergar Selic acima de 14% por mais tempo

Foto / Reprodução - Imagem mostra fachada do Banco Central

Por Nathalia Shermann

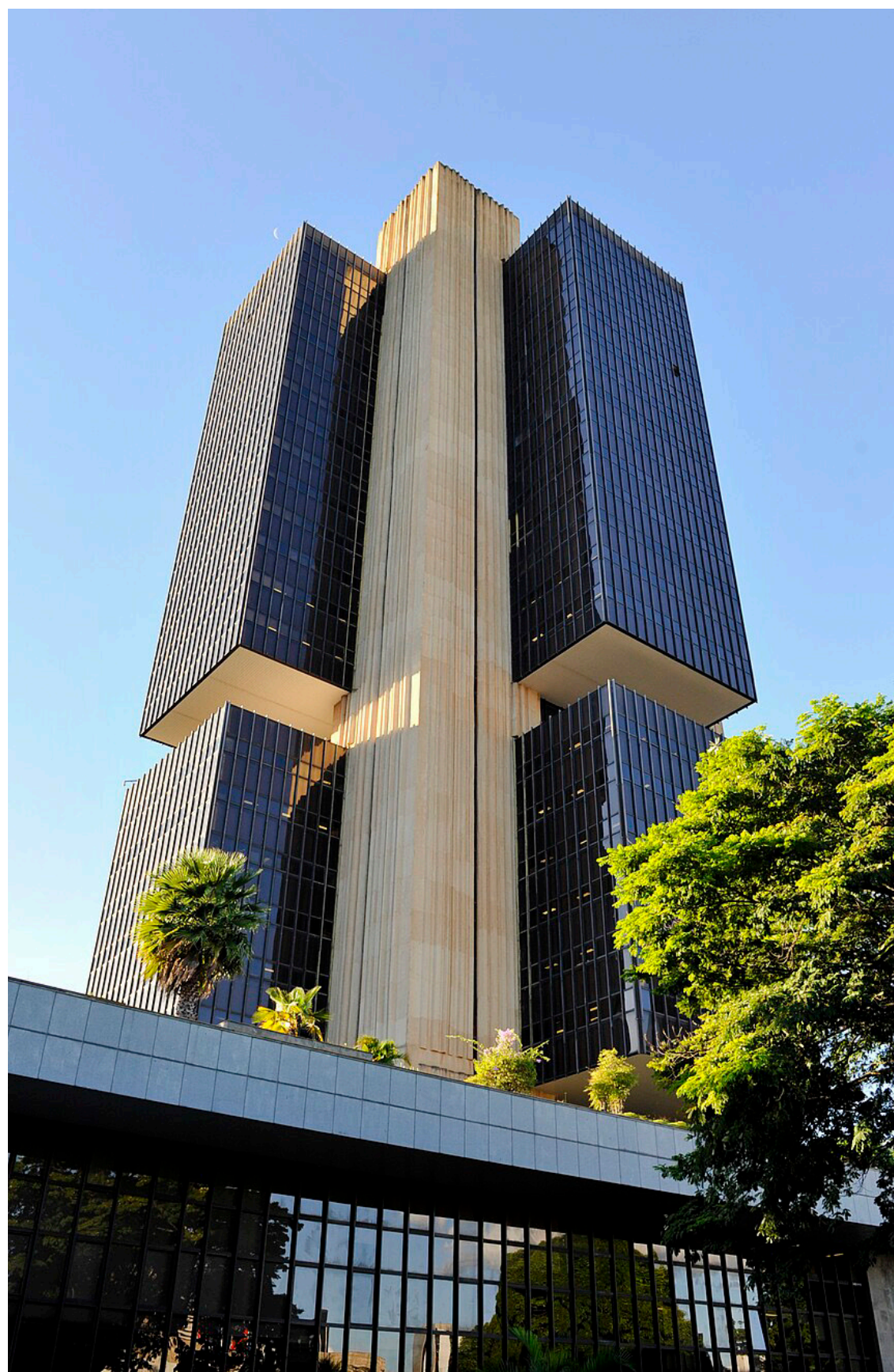
O cenário macroeconômico do Brasil sofreu uma reviravolta drástica no mercado financeiro. Investidores e analistas abandonaram de forma definitiva as projeções que indicavam um alívio monetário no curto prazo. Em vez dos aguardados cortes, o cenário refletido atualmente na precificação dos contratos de juros futuros indica que o mercado passou a prever uma nova rodada de alta para a taxa básica de juros, a Selic, que deve se consolidar acima do patamar de 14% por anos.

Essa mudança estrutural nas expectativas aponta para uma trajetória em que a Selic se aproxima de 15% ao final do próximo ano. O movimento de reprecificação reflete a desistência dos agentes financeiros em apostar na queda dos juros diante de um cenário de desancoragem das expectativas inflacionárias e da forte resiliência da atividade econômica doméstica.

A persistência da inflação e os estímulos macroeconômicos são apontados como os principais combustíveis para essa pressão sobre os juros. De acordo com economistas, os efeitos secundários do avanço global nos preços do petróleo já começaram a se espalhar de forma generalizada pela indústria nacional, encarecendo as cadeias produtivas.

Somado a isso, os estímulos promovidos pelo governo federal têm mantido o consumo e a atividade econômica aquecidos em um nível acima do esperado, conforme demonstram os indicadores mais recentes. Embora o crescimento econômico seja positivo em um primeiro momento, a combinação de demanda aquecida com choques de custos externos cria o ambiente ideal para que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA, permaneça pressionado e distante do centro da meta estabelecida.

Diante desse cenário desafiador, economistas avaliam que a autoridade monetária brasileira se encontra em um momento crucial de tomada de decisão. A estratégia de condução da política econômica mudou radicalmente, e analistas de grandes instituições financeiras já discutem a necessidade de uma postura ainda mais conservadora para conter o avanço dos preços.



De acordo com Fernanda Guardado, chefe de economia para a América Latina do BNP Paribas e ex-diretora do Banco Central, a instituição financeira vive um momento chave. Para a especialista, a melhor estratégia para o comitê de política monetária na atual conjuntura seria efetuar uma pausa nas decisões para avaliar com precisão os próximos passos, evitando uma deterioração ainda maior das projeções futuras.

A percepção de que os cortes de juros ficaram no passado e de que o país enfrentará um longo período de juros restritivos altera as decisões de alocação de investimentos, encarece o crédito para empresas e famílias e eleva o custo de carregamento da dívida pública, consolidando um horizonte desafiador para o crescimento econômico sustentável nos próximos anos.

Entidades pedem mudanças e uma proposta alternativa para PEC que acaba com escala de trabalho 6x1



Foto / Reprodução - Imagem mostra representação de trabalhadores em uma fábrica

Entidades representativas de diferentes setores produtivos do Brasil divulgaram um manifesto conjunto direcionado ao Senado Federal. O documento é uma carta aberta que solicita a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição número 12 de 2026, apelidada de PEC do Trabalho Flexível. A iniciativa surge como um contraponto direto à proposta que extingue a escala de trabalho de seis dias por um de descanso, a chamada PEC do fim da escala 6x1.

A proposta alternativa foi protocolada por um grupo de 36 senadores, entre os quais estão Rogério Marinho, Dameres Alves e Flávio Bolsonaro. O texto foi apresentado logo após a Câmara dos Deputados ter aprovado a PEC do fim da escala 6x1. O projeto aprovado pelos deputados estabelece uma transição de 14 meses para reduzir a jornada semanal de 44 para 40 horas, limitando o trabalho diário a 8 horas e garantindo duas folgas a cada 5 dias trabalhados.

Diferente do modelo que fixa os dias de descanso, a PEC do Trabalho Flexível propõe que o funcionário possa escolher entre manter o regime tradicional da Consolidação das Leis do Trabalho ou adotar um sistema baseado nas horas efetivamente trabalhadas. Os parlamentares que apoiam a medida argumentam que essa mudança confere maior autonomia e permite que o trabalhador molde sua rotina conforme as demandas da sua vida pessoal e familiar.

O manifesto, intitulado Uma Carta para o Brasil que Acorda Cedo, conta com a assinatura de grandes organizações como a Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Transporte e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, além de outras associações. De acordo com as entidades envolvidas, o grupo de signatários representa cerca de 90% do Produto Interno Bruto nacional e responde por mais de 40 milhões de postos de trabalho no país.

Os defensores da flexibilização argumentam que a rigidez de um modelo com folgas obrigatórias fixas pode prejudicar o trabalhador que lida com imprevistos rotineiros, como problemas de saúde na família ou compromissos escolares dos filhos. A carta enfatiza que o cotidiano real não segue um padrão fixo e que as flutuações financeiras mensais fazem com que muitos profissionais busquem complementar a renda com horas extras ou dependam de comissões e taxas de serviço, atividades que demandariam horários mais maleáveis.

Claro

Viva a experiência da ultravelocidade com a rede que acompanha o seu ritmo.

Seja em casa com a estabilidade da nossa internet banda larga, na rua com a cobertura líder do 5G ou curtindo o melhor do entretenimento na sua TV, a Claro conecta você ao que realmente importa.

A internet móvel mais rápida do país para você não perder nenhum momento.

Planos residenciais ideais para trabalhar, estudar e jogar sem interrupções.

Conteúdo ilimitado com milhares de filmes e séries na palma da sua mão.

Mude para a Claro e descubra como a verdadeira conectividade pode transformar o seu dia a dia.

Claro. Você merece o novo.

Para conhecer nossos planos e assinar, visite o site oficial

<https://claro.com.br>

ou vá até a loja mais próxima.

amil

Mais de 3,2 milhões de beneficiários em planos de saúde.

Mais de 2,6 milhões de beneficiários em planos odontológicos.

22 mil colaboradores espalhados pelo Brasil.

Sempre presentes onde e quando você precisar.

Nós somos a Amil.

E nos conectamos genuinamente para oferecer sempre o melhor para quem servimos.

Planos sob medida para você ou sua empresa.

Venha conhecer e fazer parte agora.

Amil: Nascemos para cuidar.

<https://amil.com.br>

neon

Você ainda paga taxas só para ter uma conta no banco? Tá na hora de mudar para o Neon, o banco digital que fala a sua língua e não esconde nada de você.

Por que abrir sua conta agora?

* Zero Anuidade: Cartão de crédito e débito sem taxas abusivas.

* Investimento Fácil: Seu dinheiro rende mais que a poupança com o CDB Neon.

* Tudo no App: Resolva sua vida financeira em poucos cliques, sem filas e sem estresse.

* Controle Total: Saiba exatamente para onde vai cada centavo com ferramentas simples de organização.

É rápido, é seguro e é digital.

Baixe o app, faça seu cadastro em menos de 5 minutos e comece a viver uma relação mais leve com o seu bolso.

<https://neon.com.br>

Governo Federal e Caixa liberam R\$ 800 milhões em crédito para hospitais filantrópicos do SUS



Foto / Reprodução - Vice-Presidente Geraldo Alckmin ao lado do Presidente da Caixa Econômica Federal

Por **Guilherme Kalel e Mariana Dias**

Em uma iniciativa voltada para o fortalecimento da rede pública de saúde, o Governo Federal formalizou a liberação de R\$ 800 milhões em linhas de crédito para hospitais filantrópicos e entidades sem fins lucrativos que prestam atendimento complementar ao Sistema Único de Saúde, o SUS. O anúncio foi realizado em Brasília pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, ao lado do presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, e do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Os recursos fazem parte do programa Caixa Hospitais FGTS e, nesta primeira etapa, beneficiam diretamente 8 instituições de saúde distribuídas por 7 estados brasileiros. A medida visa dar um fôlego financeiro para entidades que enfrentam dificuldades históricas de financiamento, permitindo a continuidade e a expansão de serviços essenciais na média e alta complexidade, incluindo especialidades como oncologia, cardiologia, transplantes e neurologia.

De acordo com o vice-presidente Geraldo Alckmin, a ação ataca diretamente o problema do alto custo das dívidas dessas instituições. Ele explicou que a estratégia consiste em alongar os prazos de pagamento e promover uma redução drástica nas taxas de juros, que caem de patamares superiores a 20% para cerca de 11%. Essa mudança reduz as parcelas mensais pagas pelos hospitais, gerando um alívio imediato no fluxo de caixa e viabilizando novos investimentos.

Durante a cerimônia, Alckmin destacou o papel fundamental das entidades filantrópicas para o país, lembrando que mais da metade de todos os leitos hospitalares do Brasil pertencem a esse setor. O vice-presidente elogiou o caráter voluntário das diretorias e o compromisso da sociedade civil organizada em manter o funcionamento dessas estruturas em todo o território nacional.

O programa Caixa Hospitais FGTS dispõe de um orçamento total de até R\$ 8,5 bilhões em crédito para o ano de 2026. Para ter acesso aos recursos, as instituições precisam estar integradas ao programa Agora Tem Especialistas, coordenado pelo Ministério da Saúde. Atualmente, mais de cem entidades já estão em fase de negociação com a Caixa Econômica Federal, movimentando um volume potencial de contratações que atinge aproximadamente R\$ 4,5 bilhões.

Os recursos liberados podem ser aplicados de forma flexível pelas diretorias dos hospitais, servindo tanto para capital de giro quanto para a reestruturação e o alongamento de passivos financeiros já existentes.

Entre as 8 instituições contempladas com as assinaturas recentes, a Santa Casa de São Paulo recebeu o maior volume de crédito, totalizando R\$ 303 milhões. A entidade paulista administra quase mil leitos em três unidades na região metropolitana, exercendo papel central no atendimento hospitalar e na formação de novos profissionais da saúde.

A Santa Casa de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, teve a liberação de R\$ 220 milhões. A instituição é responsável por mais de 1,6 milhão de atendimentos anuais, com a maioria esmagadora das vagas destinada aos pacientes do SUS em procedimentos complexos como neurocirurgia e transplantes. Ainda na capital gaúcha, a Associação Hospitalar Vila Nova garantiu R\$ 49 milhões em repasses.

Na região Nordeste, a Fundação José Silveira, localizada em Salvador, na Bahia, contará com R\$ 111 milhões para suas operações. A fundação atende primordialmente usuários do SUS e é reconhecida mundialmente pela sua atuação no combate à tuberculose. Já no estado da Paraíba, a Fundação Assistencial da Paraíba, em Campina Grande, teve o contrato firmado no valor de R\$ 12 milhões.

Na região Sul, o Instituto de Câncer de Londrina, no Paraná, garantiu R\$ 53 milhões para reestruturar suas contas. A unidade é uma das principais referências em oncologia no país e atende uma área de abrangência que engloba mais de 160 municípios.

O Sudeste e o Centro-Oeste também registraram liberações significativas. No Rio de Janeiro, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos dos Goytacazes obteve R\$ 27,6 milhões, enquanto a Associação de Combate ao Câncer em Goiás, sediada em Goiânia, formalizou o recebimento de R\$ 15 milhões.

Com a consolidação desses contratos, o governo busca garantir maior estabilidade administrativa para os gestores hospitalares, assegurando que as agendas de exames, consultas eletivas, internações e cirurgias de alta complexidade permaneçam sem interrupções nas regiões atendidas.

O Direito ao Auxílio-Maternidade: Uma Conquista Essencial para a Proteção da Mulher e da Família

O nascimento de um filho, a adoção ou a obtenção da guarda judicial para fins de adoção são momentos marcantes que exigem dedicação, tempo e estabilidade emocional. No entanto, para que esse período seja vivenciado com a dignidade necessária, a segurança financeira é fundamental. É nesse cenário que se destaca o salário-maternidade — popularmente conhecido como auxílio-maternidade —, um benefício previdenciário essencial que garante o sustento da mulher e do recém-nascido no momento em que ela precisa se afastar de suas atividades laborais.

Historicamente, a inserção da mulher no mercado de trabalho demandou intensas lutas por igualdade e proteção. O auxílio-maternidade não é um privilégio, mas sim um direito social conquistado e garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação previdenciária brasileira. Esse benefício visa proteger não apenas a saúde da mãe, permitindo sua plena recuperação física e psicológica após o parto, mas também o desenvolvimento do bebê, viabilizando o aleitamento materno e o fortalecimento dos primeiros vínculos afetivos.

Uma das principais virtudes da legislação atual é a sua abrangência. O direito ao auxílio-maternidade não se restringe apenas às trabalhadoras com carteira assinada sob o regime da CLT. Ele se estende a diversas categorias de seguradas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo as trabalhadoras domésticas, as contribuintes individuais (como autônomas e profissionais liberais), as Microempendedoras Individuais (MEI), as trabalhadoras rurais (seguradas especiais) e até mesmo as mulheres desempregadas, desde que estas ainda estejam dentro do chamado período de graça, que é o tempo em que a pessoa mantém a qualidade de segurada mesmo sem efetuar contribuições.

Além disso, o benefício evoluiu para acompanhar as transformações sociais e os novos arranjos familiares. Atualmente, o salário-maternidade também é garantido em casos de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção, independentemente da idade da criança. A lei também prevê o amparo em situações dolorosas, como o aborto não criminoso ou o parto de natimorto, assegurando que a mulher tenha o tempo necessário para sua recuperação médica e emocional.

O período padrão de recebimento do benefício é de 120 dias, podendo ser estendido para 180 dias caso a empresa onde a mãe trabalha faça parte do programa Empresa Cidadã, uma iniciativa governamental que estimula a ampliação desse período de convivência inicial. Durante esse tempo, a profissional tem a garantia de que seu emprego está protegido, uma vez que a legislação proíbe a demissão sem justa causa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

O acesso a esse direito, contudo, exige atenção a regras específicas, como o cumprimento de carência (número mínimo de contribuições mensais) para algumas categorias, como as contribuintes individuais e facultativas. Já para as trabalhadoras com carteira assinada, o direito é imediato a partir do momento da contratação, sendo a própria empresa responsável pelo pagamento e posterior compensação junto ao INSS. Garantir que as mulheres conheçam e tenham pleno acesso ao auxílio-maternidade é um passo crucial para a consolidação da igualdade de gênero no ambiente profissional. Quando o Estado e as empresas protegem a maternidade, eles reconhecem o valor social do cuidado e investem diretamente no futuro da sociedade. O auxílio-maternidade permanece, portanto, como um dos pilares mais importantes da previdência social, assegurando que o início de uma nova vida seja sinônimo de proteção, e não de vulnerabilidade.



Hyundai

O futuro dos SUVs chegou. E ele tem o seu estilo.

Descubra o Hyundai Creta: a combinação perfeita entre design imponente, tecnologia de ponta e o conforto que a sua rotina merece.

Mudar de caminho é fácil quando você está a bordo de um SUV projetado para superar expectativas. O Hyundai Creta une a robustez que você busca para a estrada com a agilidade e sofisticação necessárias para a cidade. Cada linha do seu design audacioso foi pensada para se destacar, enquanto o interior tecnológico transforma cada viagem em uma experiência premium.

Por que o Creta é a escolha inteligente?

Tecnologia Hyundai SmartSense: Segurança ativa com frenagem autônoma, assistente de permanência em faixa e câmeras de monitoramento de ponto cego.

Conectividade Total: Central multimídia integrada com espelhamento sem fio e o sistema Bluelink para controlar funções do carro direto pelo celular.

Performance Eficiente: Motorização turbo que entrega o equilíbrio ideal entre resposta rápida no acelerador e economia de combustível.

Espaço Inteligente: Conforto de sobra para cinco adultos e um dos maiores porta-malas da categoria.

Sinta o próximo nível.

Procure a concessionária mais próxima e faça seu teste.

Adquira agora o seu Creta. O SUV tão potente e inteligente como você.

[HTTPS://hyundai.com.br](https://hyundai.com.br)

Stone:



Presente em mais de 4 milhões de negócios em todo o Brasil. O próximo pode ser o seu.

Venha para a Stone e garanta as melhores soluções na hora de vender e receber.

Capital de giro facilitado para sua empresa.

Taxas atrativas para débito e crédito.

Maquininha sem aluguel. Livre de burocracias.

Link de pagamentos para receber Online.

Pagamento por aproximação usando até o celular.

Temos as melhores soluções pensadas para fazer você crescer, não importa o tamanho de sua empresa.

E o atendimento mais ágil do país. São mais de 3700 agentes espalhados no Brasil para garantir eficiência no que a Stone oferece.

Atendimento em 5 segundos, porque seu negócio precisa de agilidade.

No Chat, no Whatsapp, no telefone. Não importa a forma que precise, estamos lá por você.

Acesse agora o site e conheça nossas soluções.

Ou baixe o APP Stone e abra sua conta. Simples, rápido e prático.

Stone é tudo que seu negócio precisa pra vender, gerir e girar.

<https://stone.com.br/>

UNINTER



Uninter: Seja o que você quiser, com a melhor EAD do Brasil

Mais de 1 milhão de alunos.

Mais de 800 polos espalhados pelo Brasil.

Vencedora 5 vezes do prêmio Reclame Aqui de melhor atendimento.

Venha ser o que você quiser com a Educação Uninter!

A Uninter vai ajudar você a transformar sua carreira. Cursos com conceito alto no MEC e mensalidades que cabem no seu bolso. Venha para o maior e melhor centro universitário do Brasil.

Graduação;

Pós-graduação;

Cursos Técnicos e Profissionalizantes.

Comece a estudar agora com nossas opções de bolsas e financiamentos.

Bolsa Enem;

Prouni;

Bolsa ENCCEJA;

FIES;

Crédito Educacional Fundacred.

Só na Uninter você chega onde quer chegar.

Inscreva-se agora acessando nosso site, e entrando em contato conosco:

<https://uninter.com>

Senado aprova renegociações de dívidas rurais e lança pauta bomba contra o governo



Foto / Reprodução - Presidente do Senado Davi Alcolumbre

Por Guilherme Kalel: Jornalista e Editor

O cenário político e econômico em Brasília ganhou novos contornos de tensão com a decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, de levar a plenário a votação do projeto de renegociação de dívidas dos produtores rurais. A matéria avançou mesmo sem que houvesse um acordo com o governo federal, que classifica a proposta como uma verdadeira pauta-bomba devido ao seu imenso impacto potencial sobre as contas públicas.

A iniciativa legislativa, que tem como relator o senador Renan Calheiros, visa oferecer um alívio financeiro expressivo e fôlego de caixa para produtores rurais inadimplentes ou com operações prorrogadas por dificuldades financeiras. O texto aprovado ampliou as possibilidades de negociação para saldos que excedam o limite de R\$ 10 milhões e permitiu a inclusão de dívidas que já haviam sido alongadas no período recente. Para financiar essa reestruturação, os defensores do projeto sugerem a utilização de recursos oriundos do Fundo Social do Pré-sal.

Pelo lado do Ministério da Fazenda, a reação é de forte preocupação fiscal. Integrantes da equipe econômica se reuniram com a liderança do Senado na tentativa de conter o avanço desta e de outras propostas onerosas. Os cálculos do governo divergem significativamente das estimativas do Congresso. Enquanto parlamentares apontam que o projeto viabiliza a renegociação de cerca de 170 bilhões a R\$ 180 bilhões em débitos, o Executivo projeta que o volume total de dívidas alcançadas possa chegar a R\$ 1,39 trilhão. Sob essa ótica governamental, o custo total para os cofres da União poderia atingir o montante de R\$ 817 bilhões ao longo de 13 anos.

A movimentação de Alcolumbre expõe a complexa relação entre o Legislativo e o Palácio do Planalto, especialmente em um período em que o Congresso sofre pressões de setores produtivos. De um lado, produtores rurais mobilizados buscam apoio diante de quebras de safra e dificuldades financeiras, chegando a organizar caravanas e manifestações em Brasília. De outro lado, o sistema financeiro e o Ministério da Fazenda alertam que condições excessivamente favoráveis para o perdão ou renegociação de dívidas podem desestabilizar o mercado de crédito e comprometer as metas de austeridade fiscal da União.

Como o texto sofreu modificações substanciais durante sua tramitação no Senado, a matéria deve retornar para nova avaliação na Câmara dos Deputados. Caso venha a ser chancelada em definitivo pelo Congresso, o governo federal já estuda a possibilidade de aplicar vetos presidenciais e, em última instância, acionar o Supremo Tribunal Federal para questionar a constitucionalidade e a falta de indicação de receitas correspondentes para cobrir o impacto financeiro da nova lei.

Pix Conquista Reconhecimento de Alto Renome e Terá Proteção em Todos os Setores da Economia

Foto / Reprodução - Imagem mostra o símbolo do Pix



Por Guilherme Kalel e Sofia Garcia

O sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil alcançou um marco histórico no país. O Pix foi oficialmente reconhecido como uma marca de alto renome pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o INPI. O anúncio foi realizado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, durante uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, em Brasília.

Com essa decisão, o Pix se torna a primeira marca vinculada ao Governo Federal a atingir o status de alto renome. De acordo com o ministro, com base nas diretrizes da Lei da Propriedade Industrial (Lei número 9.279 de 1996), esta representa a maior proteção jurídica que se pode conceder a uma marca e ao seu respectivo símbolo no território nacional.

No cenário de propriedade intelectual, as marcas que recebem o selo de alto renome são aquelas amplamente conhecidas pela população em geral e que acumularam um elevado patamar de reputação, prestígio e confiança ao longo do seu tempo de existência. Devido a esse impacto cultural e econômico, elas ultrapassam os limites de seu segmento específico de atuação e necessitam de uma proteção diferenciada contra o uso indevido por terceiros.

A grande vantagem e principal característica desse reconhecimento fundamenta-se no artigo 125 da legislação de propriedade industrial. Em termos práticos, significa que a marca Pix e o seu logotipo passam a ter proteção integral e ampliada em todos os ramos da atividade econômica.

Antes do reconhecimento, a proteção de uma marca comum fica restrita apenas à classe de produtos ou serviços para a qual ela foi originalmente registrada. Agora, no caso do Pix, nenhuma outra empresa ou indivíduo poderá registrar ou utilizar esse nome ou símbolo em nenhum outro setor, seja na comercialização de roupas, alimentos, automóveis ou qualquer outro tipo de serviço, garantindo a integridade e a exclusividade do sistema governamental.

São Paulo contra o fogo: Estado paulista investe R\$ 400 milhões no combate a incêndios florestais



Foto / Reprodução - Imagem representa incêndio em rodovia

Por Sofia Garcia

O Governo do Estado de São Paulo deu início à fase vermelha da Operação SP Sem Fogo, período considerado o mais crítico do ano para o risco de incêndios florestais devido à estiagem. A ação foi oficializada pelo governador Tarcísio de Freitas e conta com um aporte financeiro histórico de quase R\$ 400 milhões, voltado para a prevenção, monitoramento e combate às queimadas entre os meses de junho e outubro.

A iniciativa reúne os esforços de diversos órgãos públicos, como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar Ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), a Fundação Florestal, a Cetesb, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) e a Secretaria de Agricultura. O objetivo da força-tarefa é minimizar os impactos do clima seco e das mudanças climáticas, fatores agravados pelo fenômeno El Niño.

Uma das grandes novidades apresentadas para o ciclo da operação é o Painel de Inteligência SP Sem Fogo, desenvolvido pela Defesa Civil. Essa ferramenta cruza mapas de risco, dados meteorológicos e registros de incidentes em tempo real. Com o auxílio de inteligência artificial, o sistema prioriza o envio de recursos para as ocorrências de maior gravidade.

O estado também conta com a Muralha do Fogo, tecnologia que conecta imagens de câmeras do DER, de concessionárias de rodovias e do sistema de segurança Muralha Paulista para acompanhar a propagação de fumaça. Somado a isso, o Sistema de Monitoramento e Alerta Climático (SMAC), por meio de imagens de satélite, identifica focos de calor logo em seu estágio inicial. O governo estadual ainda firmou uma parceria inédita com o aplicativo de navegação Waze, permitindo que motoristas informem diretamente na plataforma quando avistarem focos de fumaça ou fogo nas margens das rodovias, gerando alertas instantâneos para o centro de controle.

Para otimizar o atendimento de ponta, o governo paulista repassou R\$ 90,4 milhões para equipar e estruturar as administrações municipais. Os investimentos garantiram a aquisição de 100 caminhões-pipa, 22 veículos utilitários com tração nas quatro rodas e centenas de kits com abafadores manuais. O orçamento também custeia horas de voo para o acionamento de aeronaves em locais de difícil acesso, sob a coordenação técnica do Corpo de Bombeiros.

Na parte de capacitação humana, mais de 3 mil agentes locais receberam treinamento especializado, e o plano de contingência para o período de seca já foi adotado por 613 cidades de São Paulo. Pela primeira vez, produtores rurais residentes em assentamentos foram integrados aos treinamentos oficiais, instituindo núcleos comunitários capazes de realizar o combate primário e preventivo nas áreas rurais mais isoladas.

A proteção das unidades de conservação estaduais recebeu uma verba dedicada de R\$ 19,3 milhões repassados à Fundação Florestal. O montante permite a contratação temporária de 243 brigadistas, ações de manutenção de aceiros (barreiras sem vegetação que interrompem o avanço do fogo) e o monitoramento estratégico com o uso de drones termais de longo alcance, ideais para identificar focos de calor durante a noite. Além disso, a queima pós-incêndio é avaliada para estimar o impacto ambiental e subsidiar a identificação de infrações legais.

Por fim, o DER-SP assumiu um cronograma intensivo de limpeza de vegetação rasteira nas faixas de domínio das rodovias estaduais, com um recurso de R\$ 288,9 milhões. A remoção do mato seco nas margens das pistas previne que bitucas de cigarro ou fagulhas deem início a grandes incêndios, melhorando a visibilidade dos condutores e garantindo maior trafegabilidade e segurança nas rodovias paulistas.

*Sob supervisão de Mariana Dias

Aerolin: Carro voador da Embraer faz testes surpreendentes e animadores



Foto/ Reprodução - Imagem mostra logo da Embrar

Por Alana Nunes

A Eve Air Mobility, empresa subsidiária da Embraer focada em mobilidade aérea urbana, alcançou marcos históricos no desenvolvimento de sua aeronave elétrica de decolagem e pouso vertical, popularmente conhecida como carro voador ou eVTOL. A iniciativa brasileira projeta transformar a dinâmica dos transportes nos grandes centros urbanos, oferecendo uma alternativa sustentável para fugir dos congestionamentos terrestres.

O avanço tecnológico do projeto foi consolidado com a realização do primeiro voo do protótipo em escala real. O teste, que não contou com tripulação e foi operado de forma remota, ocorreu nas instalações da Embraer em Gavião Peixoto, no interior do estado de São Paulo. Durante o ensaio, a aeronave subiu de maneira totalmente vertical até atingir aproximadamente 12 metros de altura, mantendo-se estável e sem oscilações laterais por cerca de um minuto. De acordo com a equipe técnica da montadora, o veículo se comportou exatamente como o previsto nos modelos de simulação, validando a arquitetura dos rotores e a mecânica básica de voo.

A versão finalizada do eVTOL apresentará dimensões expressivas, com cerca de 12 metros de comprimento e 15 metros de largura, sendo impulsionada por um sistema composto por oito rotores sustentadores e uma hélice traseira. A cabine interna foi projetada para acomodar confortavelmente um piloto e até quatro passageiros. O foco principal da aeronave são as viagens de curta distância e os deslocamentos intermunicipais, possuindo uma autonomia estimada de 100 quilômetros por carga e velocidades que variam de 110 a 220 quilômetros por hora.

A aceitação de mercado tem se mostrado altamente positiva antes mesmo do início da fabricação em massa. A Eve já acumula uma carteira robusta com quase 3 mil intenções de compra vindas de dezenas de clientes espalhados por mais de 10 países, o que representa um potencial financeiro bilionário em receitas futuras. Para atender a essa demanda, a fábrica oficial do modelo está sendo estruturada no município de Taubaté, também no interior paulista, com capacidade planejada para produzir até 480 unidades anuais.

Os próximos passos da companhia envolvem uma extensa campanha que inclui a construção de seis protótipos adicionais e a realização de centenas de novos voos de teste ao longo do ano. O objetivo dessas novas etapas é avaliar a transição do voo vertical para o voo horizontal sustentado pelas asas, além de monitorar o gerenciamento de energia e os níveis de ruído gerados.

Paralelamente ao desenvolvimento mecânico, a Agência Nacional de Aviação Civil acompanha de perto os progressos para estabelecer os critérios de certificação de segurança. O processo regulatório abrange não apenas a validação da aeronave em si, mas também a criação de diretrizes para o treinamento de pilotos, a capacitação de mecânicos e a infraestrutura dos vertiportos, que funcionarão como as bases de pouso, decolagem e recarga rápida dos veículos. A previsão oficial da fabricante é concluir todas as etapas de homologação para que o carro voador entre em operação comercial regular.

Em proposta de delação rejeitada, Vorcaro detalha pagamentos de propinas a Alcolumbre e governo da Bahia



Foto / Reprodução - Imagem mostra banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do liquidado Banco Master

Por Guilherme Kalel e Sofia Garcia

As investigações envolvendo o ex-banqueiro Daniel Vorcaro ganharam novos desdobramentos que atingem diretamente a cúpula do poder em Brasília e no estado da Bahia. De acordo com informações reveladas pela revista Veja, a proposta de delação premiada de Vorcaro traz à tona acusações de pagamentos milionários e favorecimento comercial envolvendo o presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e influentes lideranças do PT baiano.

O caso mais impactante detalhado na proposta de confissão envolve o senador Davi Alcolumbre. Segundo os relatos do ex-banqueiro, teria sido realizado um pagamento de US\$ 30 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 155 milhões) ao parlamentar. Esse montante teria sido depositado em uma conta secreta no exterior. O objetivo do repasse milionário seria garantir o apoio político de Alcolumbre a uma demanda de interesse do Banco Master. A transação internacional, conforme o depoimento, foi operada por Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro.

Paralelamente, as revelações de Vorcaro também miram as relações do banco com governos petistas na Bahia, que teriam sido fundamentais para o crescimento expressivo e rápido da instituição. O ex-banqueiro propõe detalhar negócios iniciados ainda em 2007, na gestão do ex-governador Jaques Wagner, com o programa Cesta do Povo. Com a entrada de Vorcaro na operação, o CredCesta transformou-se em uma das principais fontes de crédito consignado para os servidores públicos do estado.

As suspeitas se aprofundam na administração do ex-governador e ex-ministro da Casa Civil, Rui Costa. Segundo o relato, um decreto estadual assinado em 2022 durante a sua gestão proibiu a portabilidade dessas dívidas de crédito consignado para outras instituições financeiras. Na prática, a medida blindou o mercado local e ampliou a presença do banco controlado por Vorcaro na região, consolidando o governo baiano como um dos principais parceiros comerciais do banqueiro. Embora o esquema de vantagens operacionais tenha sido exposto, os custos e eventuais contrapartidas ilícitas dessa parceria ainda não foram detalhados por completo.

A Polícia Federal formalizou recentemente a rejeição da proposta de delação de Daniel Vorcaro, alegando inconformidades nos termos apresentados, embora a defesa do ex-banqueiro ainda tente manter as negociações abertas diretamente com a Procuradoria-Geral da República (PGR). Diante do teor das denúncias, as movimentações de bastidores em Brasília se intensificaram para conter os danos e frear o avanço das apurações, que ameaçam expor uma teia de corrupção nos Três Poderes com estimativa de rombo superior a R\$ 50 bilhões.

Em resposta às acusações veiculadas pela reportagem, o senador Davi Alcolumbre rechaçou integralmente o teor das declarações do ex-banqueiro. O presidente do Congresso negou qualquer recebimento de valores ou repasses financeiros e anunciou que tomará medidas judiciais contra Daniel Vorcaro.

Bastidores360: Lula pressiona França em chadrez político para eleições 2026

Por Lívia Lacerda

O cenário político para as eleições de 2026 traz um complexo jogo de alianças na engrenagem que move os palanques regionais e as composições majoritárias. No centro desse xadrez político está a pressão exercida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o ex-governador paulista e atual integrante do PSB, Márcio França. A intenção do Palácio do Planalto é costurar um arranjo definitivo no maior colégio eleitoral do país, São Paulo, mas os desdobramentos dessa negociação extrapolam as fronteiras paulistas e envolvem arranjos cruciais em estados como Minas Gerais e Pernambuco. O foco imediato da articulação petista é convencer Márcio França a abrir mão, mais uma vez, de suas pretensões de disputar uma vaga ao Senado Federal por São Paulo. O plano desenhado pelo PT prevê que França assuma o posto de candidato a vice-governador na chapa liderada pelo ministro Fernando Haddad, que tentará novamente o comando do governo paulista contra o atual governador Tarcísio de Freitas.

Essa movimentação tem como objetivo central desatar um nó político na composição da chapa em São Paulo. Ao retirar França da disputa para o Senado, abrem-se caminhos para acomodar outras lideranças de peso da base governista que demandam espaço na composição, como a ministra Marina Silva e Simone Tebet. O fortalecimento da chapa de Haddad é visto por Lula como uma prioridade estratégica para impor um palanque competitivo e tentar minar a força da oposição no estado.

No entanto, a cessão por parte do PSB e de Márcio França não é simples e envolve contrapartidas de peso no tabuleiro nacional. O partido do vice-presidente Geraldo Alckmin coloca na mesa de negociações o apoio do PT a candidaturas da legenda em outras praças de grande relevância. Em Minas Gerais, por exemplo, onde o PT enfrenta dificuldades crônicas para estabelecer um palanque sólido, o PSB dispõe de quatro pré-candidatos e reivindica a reciprocidade do apoio petista. Em Pernambuco, outro reduto histórico da legenda, as tratativas também passam pelo mesmo crivo de interesses mútuos.

Para viabilizar o acordo e amortecer o impacto de um recuo de Márcio França — que se consolidaria como a terceira vez em que o político cede espaço aos desígnios estratégicos do PT —, acenos de bastidores já começam a ser formatados. O principal deles é a sinalização de que, caso a chapa com Haddad saia derrotada no pleito paulista, França teria um espaço garantido em um ministério em um eventual segundo mandato de Lula, caso o presidente vença a disputa pela reeleição em outubro.

Dessa forma, o impasse em torno do nome de Márcio França ilustra a complexidade das coalizões partidárias contemporâneas, nas quais o desenho de um palanque local depende diretamente de acomodações nacionais e promessas futuras de governabilidade.

***Lívia Lacerda é formada em Direito.**

E escreve a Coluna Bastidores360 onde informa e analisa acontecimentos dos três poderes.

Gosta do trabalho da Agência Visionpress? Então contribua conosco e ajude a fortalecer a nossa missão. Todos os dias, o compromisso de informar com verdade e transparência é o que nos move, pois acreditamos que a informação de qualidade melhora a vida das pessoas.

Acesse <https://visionpress.com.br/contribua> e venha contribuir com nosso trabalho.

Quer ser um anunciante?

Acesse <https://visionpress.com.br/anuncie> e saiba como anunciar conosco.



Com o Mercado Livre você pode comprar e vender de tudo.

Baixe o APP ou acesse <https://mercadolivre.com.br> e comece agora mesmo a comprar ou vender.

Seja o que precisar, a plataforma tem a melhor opção para te atender.



Os melhores fones de ouvido e as melhores caixas de som, só a JBL tem.

Desenvolvemos o melhor para te proporcionar os melhores momentos com quem mais gosta, ou fazendo o que mais gosta de fazer em nossa companhia.

<https://jbl.com.br> compre direto em nosso site e garanta produtos oficiais.

SAMSUNG

Smartphones, Tablets, Maquinas de lavar, refrigeradores ou TV.

Seja qual for sua necessidade, a **Samsung** tem o produto perfeito para você.

Acesse <https://samsung.com> e conheça nossa linha completa. Adquira agora o seu Samsung dotado da mais alta tecnologia e praticidade.

Expediente

Revista Vision360

Editor Responsável: Jornalista Guilherme Kalel.

O mensageiro da notícia.

MTB: 89344 / SP.

Diagramação: Adriana Rodrigues.

Equipe de Reportagem e Colunistas:

<https://visionpress.com.br/equipe>

Bem-vindo à Agência Visionpress.

Fundada em 18 de janeiro de 2026 pelos jornalistas Guilherme Kalel e Mariana Dias, nossa agência nasceu com a missão clara de entregar informação precisa e de credibilidade no momento exato em que os fatos acontecem. Reunimos em nossas páginas os acontecimentos mais relevantes do Brasil e do mundo, garantindo que você esteja sempre bem informado.

Nossa estrutura de comunicação é diversificada para atender aos diferentes perfis de leitores. Através das revistas digitais Vision360 e Visionlife, a notícia ganha forma e profundidade. Em nosso Portal, oferecemos diariamente uma perspectiva diferenciada dos fatos, complementada por artigos e análises detalhadas sobre variados temas.

Para quem busca dinamismo e voz, o Libercast é o podcast oficial da nossa agência. Nele, apresentamos as notícias mais importantes e entrevistas exclusivas, mantendo sempre um olhar atento e uma opinião corajosa, sem medo da verdade.

A Agência Visionpress e suas marcas associadas consolidam seu espaço no mercado jornalístico cumprindo rigorosamente seu propósito original. Nosso compromisso é trazer ao leitor a essência do fato com qualidade e transparência.